

- 8 DEZ 1988

CORREIO BRAZILENSE

Comissão rola dívida em clima de confronto

A Comissão de Orçamento e Finanças do Congresso entrou em confronto direto com o Governo Federal ontem, ao aprovar acordo interno para a rolagem da dívida dos Estados e municípios que foi vetado pelo presidente José Sarney. Numa votação rápida, que não chegou a durar cinco minutos, a Comissão concluiu o trabalho de avaliação e alterações no OGU para 1989, encaminhando o novo texto à Presidência do Congresso.

A confusão se deu exatamente às 13h30, quando chegou à Comissão a informação de que o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), estava desautorizado a negociar qualquer acordo em nome da área econômica. No entanto, horas antes, por volta da 1h da madrugada, quando membros da Comissão ainda realizavam a última votação de destaques do dia anterior e tentavam encontrar uma fórmula política que desse fim ao problema da dívida, Sant'Anna ainda era a pessoa do Governo na Comissão.

Aquela hora da madrugada, o deputado teria feito o último contato telefônico com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, apresentando-lhe o número consensual da Comissão — que prevê o pagamento de Cz\$ 178 bilhões do total da dívida dos Esta-

dos, em percentuais diferenciados por regiões, em 1989. Embora achando o valor ainda muito baixo, João Batista teria concordado. Afinal, era a única saída política encontrada até o momento. Ambos os lados cederiam.

Pela manhã, mais tranquilos, os membros da Comissão davam como certa a conclusão dos trabalhos antes do final do dia.

"FUROU"

"Furou o acordo. O presidente Sarney ficou louco e resolveu vetar a proposta. Acho que agora o deputado Carlos Sant'Anna fica desmoralizado", anunciou o deputado Israel Pinheiro Filho, às 13h30. Neste momento, o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) entrou rapidamente na sala, sentou-se à mesa e acionou a campanha, chamando todos os membros presentes a ocuparem seus lugares.

Carvalho explicou que o deputado Carlos Sant'Anna não se sentia mais autorizado a falar em nome do Governo. "Mas a Comissão não pode vacilar", afirmou. E completou: "A Comissão ainda considera em pauta o acordo fechado ontem à noite". A votação se deu em seguida e a sessão foi encerrada com menos de três minutos após seu início.

O deputado José Serra (PSDB-SP), que sabia do

veto, mas não da rápida manobra feita pela presidência da Comissão para aprovar o acordo, revoltou-se com a atropelada votação, solicitando chamada nominal. Não foi atendido, pois a sessão estava encerrada.

"Isso é uma arbitrariedade", julgou Serra, ao lembrar que o acordo da madrugada não havia sido formalizado. "Eu insisto, é incorreto", reagiu. Agora, segundo Serra, o PSDB pode tentar obstruir os trabalhos na votação final no Congresso. O deputado deixou a sala da Comissão inconformado, dizendo: "Isso, é desonesto".

Outro membro da Comissão, deputado Paes Landim (PFL-PI), afirmou que o veto partiu de uma iniciativa do ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, para quem a proposta traz um déficit embutido. A assessoria do ministro, no entanto, garante que ele não participou das discussões do Governo sobre o assunto ontem e nem mesmo havia conversado com o presidente Sarney.

O maior prejudicado foi o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna. Para ele, a proposta aprovada buscava apenas o entendimento e não o confronto. "Houve um veto definitivo da área econômica por entender que os indicativos da recomposição da receita comprometiam substancialmente a área agrícola", esclareceu.

Estados pagam Cz \$ 178 bi

Os Estados e municípios, juntos, pagarão ao Governo, em 1989, de serviço da dívida, Cz\$ 178 bilhões a preços de junho, contra os Cz\$ 550 bilhões propostos no projeto inicial do Orçamento Geral da União enviado ao Congresso Nacional para votação. A decisão saiu ontem de madrugada, com a votação da Comissão Mista de Orçamento e Finanças que chegou a esse número depois de muitas horas de reunião e discussões.

O valor não agrada ao Governo Federal e nem aos governos estaduais, que acabaram por aceitar o acordo. "O acordo foi fechado sem o aval dos secretários de Finanças", disse José Machado, secretário do Governo de São Paulo. Não é uma questão de concordar. Mas acordo é acordo", disse Antônio Cláudio Sochenewick, secretário do Governo do Rio de Janeiro, que garante ser o seu estado um dos maiores penalizados.

Pela proposta aprovada o pagamento se dará de acor-

do com percentuais diferenciados entre as regiões: 6,5 por cento para os Estados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 10,2 por cento para os Estados das regiões Sudeste e Sul. Pelos cálculos de José Machado, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, juntos, arcarão com 71 por cento da dívida.

Ficou acertado ainda que deverá ser respeitado um teto máximo, com exceção somente a São Paulo, cujo montante a ser quitado em 1989 é de 513 milhões de dólares. Para a região Norte o valor máximo é de 5 milhões de dólares, a ser pago pelo Amazonas. Já no Nordeste esse valor sobe para 20 milhões de dólares, que ficará com a Bahia.

Na região Centro-Oeste o teto estabelecido é de 15 milhões de dólares e caberá a Goiás. Para o Sudeste é de 100 milhões de dólares e ficará com o Rio de Janeiro e, finalmente, para a região Sul o teto é de 85 milhões de dólares e caberá ao Rio Grande do Sul.